



(foto Carlos Kilian)

Catarinenses elegem prioridades para o PPA

pela primeira vez em parceria com o Executivo, a Assembléia realiza, até o dia 8 de agosto, as audiências públicas onde as regiões elegem as prioridades para inclusão no planejamento orçamentário e de ações do governo estadual. Nos últimos seis anos, o Legislativo - através da sua Coordenadoria do Orçamento - tem percorrido o estado uma vez ao ano, colhendo as reivindicações das comunidades, transformadas em emendas ao projeto de orçamento anual, acatando determinação da Constituição estadual que implementou o orçamento regionalizado.

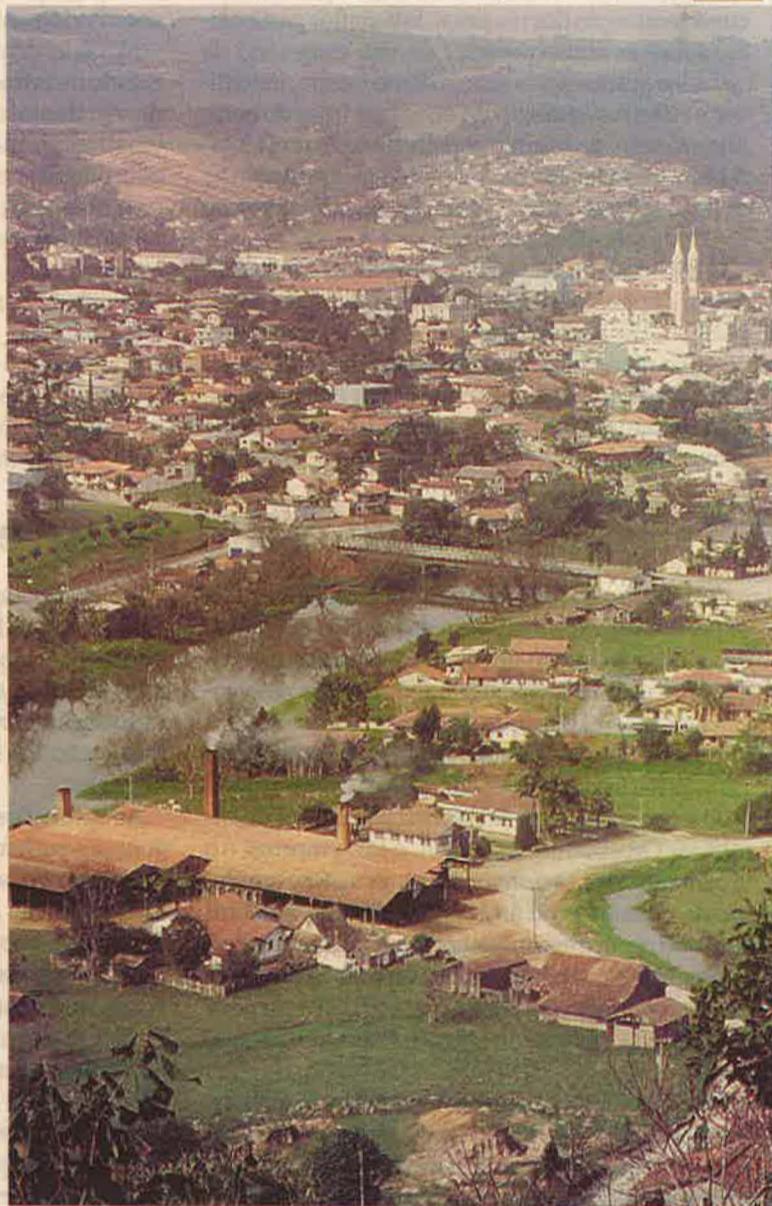
As audiências, iniciadas no dia 21 de julho, período de recesso parlamentar, estão sendo realizadas nas cidades sede

das 29 secretarias de desenvolvimento regional, abrangendo todos os 293 municípios, com a presença dos deputados estaduais, prefeitos, secretários e técnicos das regionais, representantes de sindicatos e as-

sociações. Os pleitos indicados serão submetidos a uma plenária estadual, a ser realizada em agosto e, em seguida, encaminhadas ao Executivo para inclusão no Plano Plurianual de Ações 2004-2007.



Igreja Matriz, na avenida central de Chapecó



Vista panorâmica de Ituporanga



Perímetro urbano de Ibirama

■ Segurança Pública

Recomeçam as audiências

A Comissão de Segurança Pública começa no dia 6, em Araranguá, o ciclo final das audiências públicas regionais para elaboração de um diagnóstico dos problemas da área no Estado. Florianópolis abriu o roteiro no dia 23 de abril. No dia 8 de maio foi a vez de São Miguel do Oeste receber a Comissão, que até o dia 26 de junho passou pelas cidades de Chapecó, Joinville, Blu-

menau, Mafra, Canoinhas, Joaçaba e Concórdia. São José encerra o circuito regional, no dia 4 de setembro, depois das audiências de Criciúma, Tubarão, Lages, Rio do Sul e Itajaí.

menau, Mafra, Canoinhas, Joaçaba e Concórdia. São José encerra o circuito regional, no dia 4 de setembro, depois das audiências de Criciúma, Tubarão, Lages, Rio do Sul e Itajaí.

Páginas central e 8

Volta ao plenário

Encerrado o período de recesso parlamentar, os deputados já retomam suas atividades diretas no Legislativo na segunda-feira, 4, com a reunião do Fórum Parlamentar Permanente da BR-282, às 14 horas, no plenário. Na terça-feira, as Comissões permanentes reiniciam suas reuniões a partir das 9 horas.

Aldo Krieger



Em homenagem ao centenário de nascimento do maestro Aldo Krieger, a Assembléia promove Sessão Solene no dia 07 de agosto, às 19 horas, no Plenário Osni Regis.

Para matar a saudade do brilhantismo do maestro brusquense, a Associação Coral de Florianópolis apresentará obras do autor.

Pioneirismo catarinense no Dia Sem Carros

Santa Catarina é o Estado pioneiro no Brasil na discussão de novas alternativas para o trânsito urbano. No último 21 de julho, em cerimônia no Palácio Santa Catarina, o governador sancionou a Lei 12.641, de nossa autoria, que institui no calendário oficial do Estado o dia 22 de setembro como *Dia Catarinense Sem Carros*. Com a proposta de seguir uma tendência mundial, a idéia é promover a conscientização dos usuários de veículos particulares sobre as conseqüências do uso exagerado de veículos automotores e, ao mesmo tempo, incentivar o desenvolvimento de novos padrões de comportamento que sejam compatíveis com uma mobilidade urbana melhorada e com maior proteção ao meio ambiente. A adesão ao não uso de carros no dia 22 de setembro é voluntária.

O processo de tomada de consciência e de mudança depende dos cidadãos e também do poder público. Por exemplo, se o sistema de transporte coletivo oferecido à população for de qualidade e com preços acessíveis, vamos garantir que mais pessoas andem de ônibus, diminuindo o número de carros nas ruas. Os dados não deixam dúvidas:

aproximadamente 40% das emissões de gás carbônico produzidas pelos veículos são originadas nos carros particulares. A informação é alarmante e exige mudança para meios de transporte mais eficientes e mais limpos, como por exemplo, andar a pé, de bicicleta, usar mais transportes públicos e coletivos, inclusive o marítimo. Além disso, muitas vezes o carro se transforma numa "arma", matando milhares de pessoas diariamente.

Nossa lei determina também que as Secretarias de Estado da Infra-Estrutura, e da Organização e Lazer devem desenvolver, ao longo de todo o ano e, principalmente, no dia 22 de setembro, atividades educativas e a execução de campanhas e programas para obter adeptos ao não uso de carros.

Pelo pioneirismo catarinense, fomos convidados a participar do lançamento da 3ª Jornada Brasileira "Na Cidade Sem Meu Carro". O evento internacional, realizado na França em 1997 e no Brasil em 2001, acontece anualmente no dia 22 de setembro e está sendo organizado em 2003 com apoio dos Ministérios das Cidades e do Meio Ambiente.

Deputado Afrânio Boppé (Líder do PT)

Novo estilo de governar

Ao término do primeiro semestre legislativo, faz-se necessária uma avaliação das matérias aprovadas e do novo estilo de relacionamento entre Poder Executivo e Legislativo, inaugurado pelo governador Luiz Henrique da Silveira.

Todos os projetos encaminhados à Assembléia Legislativa foram aprovados. Destacam-se, principalmente, a Reforma Administrativa, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Pró-emprego e o orçamento das regionais. Esses projetos, amplamente debatidos no âmbito das comissões técnicas, receberam o aprimoramento necessário dos parlamentares e contaram, inclusive, com a contribuição das entidades de classe, o que marca uma nova fase do relacionamento entre os Poderes e a sociedade.

No campo social, o governo viabilizou, em parceria com a União, R\$ 35 milhões para dar início ao projeto de habitação rural e urbana "Nova Casa", destinado às famílias de baixa renda.

Na área da infra-estrutura, assinou convênios para pavimentação de estradas e do Terminal Porto Seco de Dionísio Cerqueira.

Na educação, anunciou a transferência do primeiro grande lote de recursos aos municípios catarinenses no valor de R\$ 12,6 milhões para construção, reforma e ampliação de escolas.

Na administração, modernizou o sistema de licitações através do pregão eletrônico e implantou o sistema de teleconferência, para fazer a comunicação do Executivo com as Secretarias de Desenvol-

vimento Regionais.

Nossos mais ferozes opositores não aceitam esses avanços e contestam nossas ações. Não estão habituados ao estilo de fazer política com diálogo, com negociação, com participação popular nas decisões de governo. Em suma, não aceitam a descentralização do poder.

As acusações que sofremos, formuladas por alguns dos parlamentares integrantes da base de apoio do governo anterior, transformaram-se em autodenúncia. Ato que praticavam são denunciados agora como ilegais.

De nossa parte, procuramos corrigir possíveis equívocos, melhorando projetos de origem governamental para modernizar a máquina administrativa e prestar melhores serviços à sociedade.

Entendemos que, com a implantação das 29 Secretarias de Desenvolvimento Regionais, que terá orçamento próprio em 2004, viabilizaremos as condições necessárias para dar início a uma verdadeira revolução na gestão e execução de obras públicas em nosso Estado.

É importante ressaltar ainda, que as prioridades e as obras de cada região serão definidas em audiências públicas pela população e pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento - integrado por representantes de classe, prefeitos e vereadores, sem discriminar ou fazer distinção de qualquer partido político. Democracia se faz com a participação de todas as forças políticas nas decisões.

Deputado Herneus de Nadal (Líder do Gov.)

Editorial

Alesc atenta às reivindicações sociais

Desde 21 de junho, deputados estaduais e servidores da Alesc, integrantes da Comissão de Finanças e Tributos e da Coordenadoria do Orçamento, percorrem o estado participando das Audiências Públicas do Orçamento. Os interesses da sociedade catarinense, que tem nestes encontros um de seus principais fóruns de reivindicação, são a razão e o objetivo do Legislativo.

Isto não chega a ser uma novidade para nós da Alesc, pois desde 1997 passamos a exercer, de fato, o direito constitucional de participar da elaboração do orçamento estadual. O novo é que este ano o trabalho ocorre nas 29 regiões administrativas de Santa Catarina, e é feito em parceria com o Governo do Estado. A metodologia utilizada leva a identificação dos principais problemas em cada região e a análise de suas causas, permitindo a escolha de prioridades de investimento e ações com maior capacidade de provocar as mudanças desejadas. Um trabalho conjunto que, esperamos, aumente a garantia de inclusão no PPA e na LOA, e conseqüente execução das reivindicações.

Na primeira semana de trabalho já observamos os inúmeros pleitos da comunidade. Necessidades em todas as áreas, predominando aquelas ligadas à infraestrutura, à saúde e à educação, foram apresentadas como prioridades nas Audiências Públicas. Dia oito de agosto, quando for concluído este ciclo de reuniões, teremos um diagnóstico dos principais problemas que a comunidade catarinense espera ver resolvidos, como um caminho rumo ao desenvolvimento e à melhora da qualidade de vida. Prioridades que, sem dúvida, serão incluídas no Plano Plurianual, para que se transformem em ações do Executivo, com acompanhamento do Legislativo, nos próximos quatro anos.

Leis estaduais

A Divisão de Documentação, da Assembléia Legislativa, está disponibilizando no site da Alesc www.ale.sc.gov.br, em Legislação, as Leis estaduais de 1947 ao dia atual, o Regimento Interno, as Emendas Constitucionais e a Constituição do Estado de Santa Catarina consolidada. Na apresentação dos textos legais estão inseridos: a Procedência do Projeto de Lei, as alterações, as publicações, as revogações, as Ações de Inconstitucionalidade e todas as informações necessárias ao pesquisador de leis. Informações adicionais poderão ser obtidas através dos telefones 048-2212561 e 221-2876.

O Leitor

oleitor@ale.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

perguntaodeputado@ale.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortega Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@ale.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortega Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de Imprensa: Acácio Martins, Adriane Canan, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Clodoaldo Volpato, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Maitos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marco Zanfra, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Valeska Bittencourt Coelho e Luciano de C. Oliveira

Diagramação e artes: Rafael dos Santos

Revisão: Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Volnei Esmeraldino

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

Legislativo intercede por obras no DNIT

O presidente da Assembleia, deputado Volnei Morastoni (PT), recebeu, no dia 22, o prefeito de Itajaí, Jandir Bellini (PP), que veio solicitar apoio para as obras dos três acessos da BR-101 a Itajaí: Jorge Lacerda, Adolfo Konder e contorno Sul, onde estão incluídas a sinalização, a urbanização e a iluminação. Bellini declarou que o projeto já foi aprovado há cinco anos, mas ainda não saiu do papel. "O principal problema é



Coordenador do DNIT recebe solicitações para melhorias dos acessos a Itajaí

a falta de segurança, principalmente à noite. Sem sinalização, há grande ocorrência de acidentes e de assaltos aos motoristas. O prefeito informou que o governo federal condiciona a realização das obras à eventual privatização da rodovia.

Para Morastoni o problema é emergencial. "Itajaí é porta de entrada do Vale e a falta desses acessos é um péssimo cartão de visitas para toda a região", salientou.

Morastoni e Bellini foram até a sede do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT/SC), onde

foram recebidos pelo coordenador do órgão, João José dos Santos. O encontro teve também a presença do secretário regional de Desenvolvimento de Itajaí, Paulo Cruz.

No DNIT ficou decidido que a prefeitura encaminhará ao órgão, para posterior envio a Brasília, o valor das obras, inicialmente orçadas em R\$ 1 milhão. O projeto deverá ser desenvolvido na forma de convênio, com a participação dos governos federal, estadual e municipal.

O pedido dos trevos de acesso a Itajaí foi feito pessoalmente pelo presidente da Assem-

bléia ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que esteve no estado na quinta-feira (24), em solenidades nos municípios de Itajaí e Concórdia. (RMPP)

Presidente do Conselho Indígena visita a AL

Recepcionados no dia 17, no gabinete da presidência, membros do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (Cepin) solicitaram apoio e agilidade na aprovação de projeto de lei que trata, entre outras coisas, da legalização do conselho, de problemas fundiários e de inclusão dos índios em programas sociais do governo do Estado.

Para Ary Paliano, presidente do Cepin, a participação dos parlamentares é fundamental para que o Executivo reconheça os direitos das diferentes

nações indígenas catarinenses, pois muitas delas enfrentam dificuldades no acesso à terra. Ele afirmou que a entidade busca acesso a programas nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, agricultura e habitação. O deputado Volnei Morastoni (PT), por sua vez, declarou que é preciso aprofundar o debate sobre as questões indígenas no estado, procurando encontrar soluções para os conflitos de terra entre índios e colonos, além de garantir a esta população condições dignas de vida. (RV)

Alterações na Constituição Estadual

A Constituição de Santa Catarina foi tema do encontro ocorrido na terça-feira (22), na presidência da Assembleia Legislativa. Participaram, a convite do presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), representantes do Tribunal de Contas, do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, da OAB, das procuradorias do Estado e da Assembleia.

A reunião surgiu a partir de uma conversa entre Morastoni e o presidente do Tribunal de Contas, Salomão Ribas Júnior - que participou da Constituinte de 89 - sobre a necessidade de alteração da Carta Estadual com adaptações à Federal. "Não é um trabalho constituinte e sim uma revisão da atual Constituição de Santa Catarina", afirma Ribas Júnior.

A intenção é formar um gru-



Grupo de trabalho vai adaptar Constituição estadual à Carta Federal

po multiinstitucional que deverá apresentar sugestões de mudanças na atual Constituição catarinense. No final de setembro o grupo volta a se reunir para apreciação das propostas e sistematização nas instituições en-

volvidas. "Até o final do ano já deveremos ter as reformas federais concluídas e durante o primeiro semestre de 2004 estaremos com a Constituição Estadual atualizada", afirmou Morastoni. (RMPP)

Petrobrás confirma data para retorno a Itajaí

A Gerência de Operações do Ativo de Produção do Sul da Petrobrás em Itajaí será reinstalada no dia 1º de setembro. A confirmação da data foi recebida pelo presidente da Assembleia, deputado Volnei Morastoni (PT), durante contato com o Diretor de Exploração e Produção da Petrobrás, Guilherme Estrella.

A Petrobrás está reformulando a área de conhecimento e a reinstalação desta gerência em Itajaí é o primeiro passo para a reabertura da Unidade de Negócios, que deve acontecer em médio prazo. Durante a conversa, Estrella manifestou o interesse da Petrobrás em implementar uma política de valorização das unidades regionais. O dirigente confirmou para meados de agosto uma visita técnica para verificar as instalações

da empresa na cidade e as necessidades mais prementes da nova gerência. Estrella ainda esclareceu que uma parte restante do Ativo Sul será transferida para Itajaí no mês de janeiro, por solicitação dos funcionários, devido ao calendário escolar e a contratos particulares estabelecidos até o final deste ano, na capital fluminense.

De acordo com Morastoni, a decisão da Petrobrás representa a correção de um equívoco cometido pelo governo anterior, que pretendia a privatização dos Ativos do Sul. "O retorno da gerência para Itajaí é uma decisão política e técnica do novo governo e da nova direção da Petrobrás. É o reconhecimento da importância de Itajaí no contexto da produção e exploração de petróleo no sul do Brasil", completou.

Dia Catarinense sem Carros

O governador Luiz Henrique sancionou no último dia 21, em solenidade realizada no auditório do Palácio Santa Catarina, a Lei, de autoria do deputado Afrânio Boppé (PT), que institui o dia 22 de setembro como o *Dia Catarinense sem Carros*. O projeto de lei apresentado pelo parlamentar foi aprovado em plenário em junho.

A adesão ao não uso de carros neste dia é voluntária e, segundo a proposta, compete ao Executivo, por meio das Secretarias da Infra-estrutura, e da Organização do Lazer, ao longo do ano e destacadamente em 22 de setembro, a promoção de atividades educativas e a execução de campanhas e programas para obter adeptos ao não uso de carros. Boppé esclarece que a idéia

segue uma tendência de data mundial e visa promover a conscientização dos usuários de veículos particulares sobre as consequências do uso do carro, incentivando o desenvolvimento de novos padrões de comportamento compatíveis com a proteção do meio ambiente e com uma mobilidade urbana melhorada. Ele lembra que o aumento do volume de tráfego provoca a perda gradativa da qualidade de vida, aumento de ruídos, poluição atmosférica, estresse, acidentes e aumento da violência no trânsito. Os carros particulares são responsáveis por 40% das emissões de gás carbônico, o que torna urgente a adoção de transportes mais eficientes e limpos, como andar a pé, de bicicleta, transportes públicos e coletivos, inclusive o marítimo. (RV)

Audiências públicas para

Preocupação é com a inclusão de reivindicações viáveis de serem executadas e

Mirela Maria Vieira
Scheila Dziedzic

Finalizada a primeira etapa das 29 audiências públicas conjuntas entre Legislativo e Executivo, que de 21 a 25 de julho aconteceu em 10 cidades que sediam secretarias regionais, a principal reivindicação dos participantes foi o atendimento efetivo de pelo menos uma das prioridades elencadas em cada região para o Plano Plurianual de Ações 2004-2007 (PPA). Nas audiências de São Miguel do Oeste, Mafra, Palmitos, Ibirama, Maravilha, Rio do Sul, Chapecó, Ituporanga, São Lourenço do Oeste e Brusque, prefeitos e representantes de sindicatos e associações da sociedade civil manifestaram-se, invariavelmente, pela inserção efetiva das propostas pelo Executivo.

“Participei de todas as audiências do orçamento regionalizado promovidas pela Assembléia Legislativa nos últimos seis anos. Estou aqui novamente porque acredito, tenho esperança de que, desta vez, o processo se consolidará com o atendimento pelo governo do Estado de pelo



Deputados Dionei, Berger, Dentinho e Mariani, em Mafra

menos algumas das prioridades que a região estabeleceu”, afirmou o prefeito de Braço do Trombudo, Ervino Verhoeher (PMDB), durante audiência no dia 23, em Rio do Sul, sede da 12ª Secretaria Regional que abrange 12 municípios. “O cidadão é fundamental e, aos

poucos, a comunidade vai incorporar esta nova cultura participativa, definindo e cobrando as reivindicações. Mas toda esta mobilização exige resposta efetiva do governo, com a inclusão e realização das prioridades eleitas em plenária”, assinalou Norma Maria do Valle, da Associação Comercial e Industrial de Mafra, sede da 25ª regional, e integrante do Conselho Regional de Desenvolvimento.

O deputado Mauro Mariani (PMDB) enfatizou que o processo desencadeado este ano – com a parceria entre Legislativo e Executivo – pode pecar pela inexperiência, mas “é o caminho certo para que os recursos públicos sejam investidos de maneira que efetivamente contemple a sociedade, atendendo às necessidades definidas em cada região através da participação direta das comunidades”. Mariani esteve na audiência de Mafra, assim como o presidente da Comissão de Finanças, deputado Djalma Berger (PFL), que também salientou a importância de resultados efetivos para população.

Desde 1997 a Assembléia Legislativa vinha priorizando propostas regionais atendendo à Constituição Estadual. Agora, ao ser feito este trabalho de forma conjunta, “faz com que o governo fique compromissado a incluir e executar o que é indicado pelas comunidades ao PPA”, destacou o deputado Herneus de Nadal (PMDB), líder do governo na Assembléia, durante audiência em São Miguel do Oeste, sede da 1ª Regional. A falta de integração que houve em anos anteriores “inviabilizava a realização das obras”, entende ele.

Mobilização

A partir do dia 21 de julho, duas equipes compostas por técnicos e pessoal de apoio dos dois Poderes estiveram colhendo as prioridades eleitas pelas comunidades, através de um trabalho anterior realizado pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. O roteiro termina no dia 8 de agosto, em São José, sede da 18ª Regional.

As indicações serão tabuladas pela Coordenadoria do Orçamento da Assembléia, e encaminhadas ao Executivo para inclusão no Plano Plurianual de Ações 2004-2007. Vão nortear também a elaboração do Orçamento anual (LOA) de 2004 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2005 (a de 2004 já passou pela aprovação da Assembléia Legislativa).

Nas audiências, cuja participação é totalmente aberta a qualquer pessoa da comunidade, o elenco de prioridades nas áreas de Saúde, Educação, Agricultura e Pesca, Meio Ambiente, Segurança Pública, Infra-estrutura, Desenvolvimento e

Prioridades que obtiveram maior indicação nas audiências públicas:

Educação

- Acesso ao ensino superior gratuito – instalação de campus da Udesc, extensão da UFSC, (PPA Nacional) ampliação dos recursos e do atendimento pelo artigo 170 (bolsas de estudo), ensino profissionalizante com a implementação de uma Escola Técnica Federal (PPA Nacional)
- Programa de incentivo e qualificação de professores

Infra-estrutura

- Acesso asfáltico aos municípios, construção de pontes e pontilhões, pavimentação de estradas vicinais e vias urbanas
- Investimentos em saneamento básico

Desenvolvimento/Meio Ambiente/Ação Social

- Políticas de crédito e incentivos fiscais direcionadas a projetos de agregação de renda na agricultura (pequena e familiar) e ao fomento do micro e pequeno agronegócio

Segurança Pública

- Construção de presídio regional, delegacia da mulher, aumento de efetivo e melhores e mais equipamentos para as Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, implementação do Centro de Operações da PM (Copom)

Saúde

- Instalação de serviços públicos de saúde, acesso aos atendimentos de média e de alta complexidade, condições de transporte para pacientes em estado grave, instalação de policlínicas regionais de referência e efetiva municipalização do SUS, mais recursos para programas de saúde, implementação da Programação Pactuada Integrada (PPI), maior qualificação dos profissionais
- Estadualização do Hospital Regional do Oeste em Chapecó
- Instalação de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) no Hospital Bom Jesus, em Ituporanga



Deputados Dado Cheren e Paulo Eccel, em Brusque



Deputada Ana Paula Lima, em Rio do Sul

ICIAL

PPA 2004-2007

...ceria com o Governo deve contribuir para isso

social e Turismo e Lazer passa vivo de grupos de trabalho, e é levado para discussão e votação em plenária. Todos os participantes têm direito a voto, que determina pontuação para cada uma das reivindicações listadas. As que obtiverem o maior número de pontos entram na lista das prioridades, obtendo o uso dos recursos públicos permitindo um planejamento rápido pelo Poder Executivo do di-

...recolhido dos contribuintes programas a implementar para o desenvolvimento das re-
...tos, vereadores, representantes de associações e sindicatos, al-
...rede pública e privada, donas de empresas, médicos e agricultores compareceram em todas as audiências. "O importante é a representatividade", afirma a titular da Coordenação do Orçamento da Assembléia, Maria Helena Teixeira Diniz. Os recursos públicos para investimentos, como enfatiza ela, são poucos e o equilíbrio fiscal deve ser garantido justamente para que o dinheiro arrecadado dos contribuintes passe, a cada ano, a ser direcionado efetivamente em benefício do cidadão. A necessidade de cobrança da comunidade, sobre o Legislativo e Executivo, e a rigorosa fiscalização dos parlamentares, foi enfatizada pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho(PT).



Deputada Simone Schramm, em Ituporanga



Deputados Caramori, Baldissera, Onofre e Herneus, em Maravilha

Ciclo de audiências encerra dia 8

Em seguida ao encerramento, será realizada audiência estadual ampliada, em data ainda a ser marcada

No dia 28 o roteiro de audiências públicas prosseguiu com a coleta das prioridades das regionais de Xanxerê (5ª Regional) e Araranguá (22ª Regional). No dia 29, foi a vez de Joaçaba (7ª Regional) e Criciúma (21ª Regional); em Campos Novos (8ª Regional) e Tubarão (20ª Regional) no dia 30, e em Videira (9ª Regional) e Laguna (19ª Regional) no dia 31. A segunda semana de audiências encerrou com a indicação das reivindicações das regionais de Concórdia e São Joaquim (6ª e 28ª Regionais). Na segunda-feira (4) inicia o circuito das últimas nove audiências. (Confira abaixo)

A regional de Xanxerê, no Oeste do estado, integrada por mais 13 municípios, elegeu 24 prioridades. A área de segurança pública ocupa os dois primeiros lugares entre as mais votadas, com o aumento dos efetivos das polícias e do Corpo de Bombeiros em primeiro lugar e a ampliação e construção de unidades prisionais e do Corpo de Bombeiros. Para alavancar o desenvolvimento, a região quer a adequação da legislação para a agroindústria familiar, uma central de comercialização com a marca regional, capacitação dos agricultores e assistência técnica.

Saúde

A 7ª regional priorizou os investimentos na área de saúde, entre as 18 reivindicações apresentadas. A regionalização do Hospital Universitário Santa Terezinha, em Joaçaba, com efetivação dos serviços para o SUS (o hospital já se prepara para a formação de novos médicos, a partir da implantação do curso de medicina, com ingresso da primeira turma na Unoesc a partir de 2004) está em primeiro lugar, seguida da necessidade de recursos para a remuneração adequada de professores, para o transporte escolar e também para aplicação na formação continuada dos docentes. A instalação de uma Policlínica Estadual de Referência Regional para especialidades médicas, para acabar com o deslocamento de doentes para Florianópolis, fecha as três mais votadas.

Desenvolvimento

Em Araranguá, os representantes dos 14 municípios da regional priorizaram hospitais públicos com qualidade para a região, o asfaltamento da avenida XV de Novembro (Vila São José até BR-101 - Araranguá), infra-estrutura urbana e destinação de verbas para a recuperação dos recursos hídricos, da bacia hidrográfica do rio Araranguá e Mampituba e todo o sistema lagunar.

Em Criciúma, lideranças das 10 cidades da regional definiram como prioridades entre as prioridades, respectivamente, pavimentação da malha viária da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (Amrec), programas de capacitação, profissionalização, trabalho e renda para a família em situação em risco social, hospital público regional com UTI, neonatal e pediátrica. (CA e RMPP)

Próximas audiências regionais:

Data	Município sede	Local	Hora
04/08	Caçador Itajaí	Casa da Cultura Aud. da Adm. do Porto	8h
05/08	Curitibanos Blumenau	Prefeitura Aud. do Complexo Esportivo Bernardo Werner	8h
06/08	Lages Jaraguá do Sul	Udesc/CAV Auditório do Colégio São Luiz	8h
07/08	Canoinhas Joinville	Câmara de Vereadores Auditório da Amunesc	8h
08/08	São José	Fundação Catarinense de Educação Especial	8h



Cacá Diegues: Pela liberdade da produção cultural

Carlos Agne

Considerado um dos monstros sagrados do cinema nacional, o cineasta e diretor Cacá Diegues esteve em Florianópolis participando do Projeto Cinema na Favela, evento promovido pelo Grupo Nação Hip Hop. Diegues reuniu-se com produtores, diretores e interessados em cinema onde debateu "Cinema e compromisso social", e em seguida apresentou seu filme "Deus é Brasileiro", recentemente lançado nacionalmente e que tem o ator Antonio Fagundes no papel principal. O cineasta alagoano provocou polêmica nacional, no início do ano, quando criticou o fato de os incentivos e patrocínios na área cultural serem definidos por empresas estatais, quando isto deveria ser atribuição do Ministério da Cultura. Seu posicionamento deu resultado e, em três dias, o presidente Lula fez com que essas ações fossem determinadas pelo órgão competente.

Cacá Diegues nasceu em Maceió, Alagoas, em 1940, e ainda pequeno mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, dedicando-se ao cinema amador na companhia de David Neves, Arnaldo Jabor, Paulo Perdigão, entre outros. Foi um dos fundadores do Cinema Novo junto com Glauber Rocha, Leon Hirzmann e Paulo Cesar Saraceni. Polemista inquieto, além de cineasta, trabalhou como jornalista e escreveu críticas, ensaios e manifestações cinematográficas em diferentes publicações. Em seu extenso currículo destacam-se os filmes Escola de Samba Alegria de Viver, Joana Francesa, Xica da Silva, Chuvas de Verão, Bye Bye Brasil, Teta do Agreste, Orfeu e agora, Deus é Brasileiro.

AL Notícias - Você provocou polêmica nacional quando acusou o governo Lula de praticar dirigismo cultural. Sua manifestação provocou mudanças?

Cacá Diegues - Tenho de fazer uma retificação. Não acusei o governo Lula de nada. Pelo contrário. Estou muito entusiasmado com o governo Lula, que trouxe esperanças para o Brasil e não podemos jogar isso fora. Por mais restrições que façamos ao seu governo, o apoio a essa esperança, a

essa possibilidade de um novo horizonte para o Brasil é indispensável e todos os brasileiros responsáveis têm de estar nessa posição. O que fiz foi chamar a atenção para os regulamentos de patrocínio através das estatais, dos quais o próprio presidente não tinha conheci-

mento, tanto que a situação foi resolvida imediatamente e a crise não durou mais do que três dias.

AL Notícias - Então você não concordava com os critérios utilizados para a concessão do patrocínio?

Cacá Diegues - É. Eram critérios que a gente jamais poderia concordar pois vinculava o conteúdo dos produtos culturais que ligava os incentivos fiscais à identificação com programas dos ministérios à imagem do Brasil no exterior, à valorização do nosso folclore. Esse tipo de critério, nas mãos de burocratas e que não são produtores de cultura, imagina o que não iria acontecer. E o resto foi consequência disso. Então, a consequência de minhas declarações durou só três dias. O ministro Gilberto Gil tomou conhecimento e levou ao presidente, que resolveu a questão. A condução da política cultural voltou ao Ministério da Cultura. Essa era a finalidade e minha intenção.

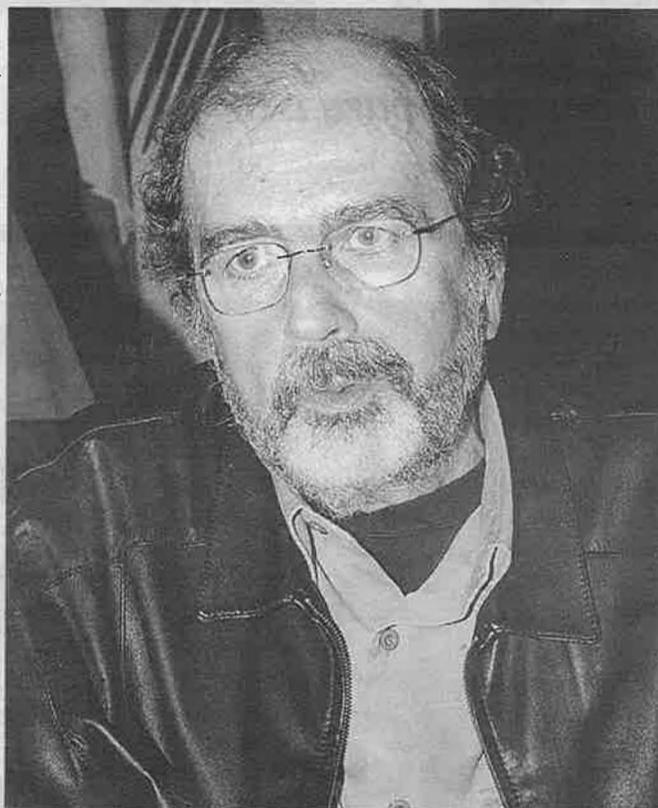
AL Notícias - Houve um tempo em que se reclamava da ausência de critérios. O que existe de tão grave nos atuais?

Cacá Diegues - Os critérios provocaram uma instrumentalização da produção cultural, que ficava a mercê dos interesses políticos de quem estava patrocinando aquele produto. Isso não é certo. Os produtores culturais brasileiros devem ter liberdade para suas músicas, suas peças, seus filmes, seja lá o que for. Também, o que fiz, não foi uma defesa do cinema. Foi tudo em cima da produção cultural de um modo geral. Acho que a melhor das consequências é que,

desde aquele momento, há uma discussão permanente no Ministério da Cultura sobre os critérios, as regras, através das entidades representativas das diferentes atividades e que, certamente, vai tirar conclusões que são do interesse geral da produção cultural.

AL Notícias - O que pode ser modificado com isso?

Cacá Diegues - Existem várias coisas que podem modificar e que precisam urgentemente serem modificadas. Por exemplo, um aspecto fundamental e que é matéria de reivindicação de pessoas



(foto Eduardo Cheddes de Oliveira)

mais responsáveis, são critérios democráticos e que todos tenham acesso à produção cultural, a todos esses incentivos, a essas formas de produção cultural que passa pelo Estado, seja através de incentivo ou de financiamento direto.

AL Notícias - O atual sistema de financiamento do cinema brasileiro obriga o cineasta a se tornar um vendedor de ações?

Cacá Diegues - É o que digo. O cineasta não tem que captar recursos. Ele tem que captar imagens. A Lei do Audiovisual, na qual está baseada toda a produção atual do cinema brasileiro, é insuficiente. Ela apenas resolveu parte do problema e permitiu a retomada da produção de longas metragens no Brasil. Isso é indiscutível e estatístico. Antes da

Lei de 1994 se produzia até quatro filmes por ano. Hoje se está produzindo até 50. A Lei é boa mas não é suficiente porque não contempla todos os aspectos da economia cinematográfica e também criou uma certa perversão que transformou o cineasta em vendedor de ações. A decisão de quais filmes vão ser feitos é sempre do diretor de marketing das diferentes empresas. Não sei dizer qual a saída mas contamos com o fórum na produção de idéias e estamos na expectativa do que vai resultar disso.

AL Notícias - Você tem manifestado preocupação com a atual situação cultural do País e se referiu, em recente entrevista ao Jornal O Globo, que se indigna

com o apagão mental que se abate no Brasil. Como é isso?

Cacá Diegues - Eu falei isso? (risos). Não sei dizer o que pensei ao falar nisso. Mas, o que talvez quisesse dizer é que a gente tem de estar atento e com uma visão totalmente crítica das coisas. A gente não pode se conformar. O papel do intelectual e do artista é ser inconveniente. Você não pode estar satisfeito com as coisas. Tem que estar um pouco insatisfeito para que as coisas possam avançar.

AL Notícias - Está muito longe para que o cinema brasileiro seja uma atividade industrial auto-sustentável?

Cacá Diegues - Está sim. Seria o ideal e é para isso que trabalhamos. Mas está longe ainda. O país também não é auto-sustentável.

AL Notícias - O cinema brasileiro sofreu um baque no governo Collor. Existe perspectiva de reação?

Cacá Diegues - A Lei do audiovisual foi positiva neste aspecto. Ela permitiu a retomada da produção cinematográfica no Brasil, mas não é suficiente. Apesar da retomada da produção e dos bons filmes que estão por aí, apesar disso tudo, há ainda aspectos críticos. É muito melhor e nem se compara com a catástrofe que foi o governo Fernando Collor de Mello, que destruiu não só a possibilidade de fazer cinema no Brasil mas até mesmo de fazer uma cultura respeitável, de reper-

cussão. Foi colocado fim naquele que estava moribundo, pelos maus tratos que recebia. Mas agora estamos recomendo o processo.

AL Notícias - Você considera que o Brasil ainda é uma questão não resolvida para o cinema brasileiro?

Cacá Diegues - Acho que o Brasil é uma questão não resolvida para todos os brasileiros. Acho que todos nós

temos questões em relação a isso. Eu não sei o que é Brasil e estou doido para saber. Faço filme porque tenho essa curiosidade. Se alguém souber realmente o que é Brasil, por favor, me conte.

AL Notícias - Como você avalia o projeto Cinema na Favela?

Cacá Diegues - Eu acho muito importante. Uma coisa que tem de ser apoiada, estimulada, incentivada e é uma maneira de tentar resolver o acesso ao cinema para as populações carentes e que não tem acesso aos shoppings. Fico orgulhosíssimo que "Deus é Brasileiro" esteja colaborando com isso, estar inserido no projeto e sendo apresentado aqui em Florianópolis.

Acho que o Brasil é uma questão não resolvida para todos os brasileiros. Acho que todos nós temos questões em relação a isso. Eu não sei o que é Brasil e estou doido para saber. Faço filme porque tenho essa curiosidade. Se alguém souber realmente o que é Brasil, por favor, me conte

Proposta mudança na portaria sobre uso da tarrafa

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

O impasse gerado pela portaria do Ibama nº 030/03, que proíbe o uso da tarrafa por pescadores amadores ou artesanais, como forma de preservação ambiental foi resolvido no último dia 14, em debate realizado no plenarinho da Assembléia Legislativa. Depois de intensa discussão, foi elaborada uma emenda para a portaria, regulamentando a utilização do equipamento pelos amadores.

Participaram do debate o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Volnei Morastoni (PT), a senadora Ideli Salvati (PT), o deputado federal Edison Andrino (PMDB), o gerente executivo do Ibama em Santa Catarina, Luiz Fernando Krieger Merico, o gerente regional sul da Secretaria Especial da Aqüicultura e Pesca da Presidência da República, Luiz Alberto de Mendonça Sabanay, e representantes das Colônias de Pescadores do Estado e profissionais do setor.

Morastoni, que presidiu o debate, defendeu a criação de uma portaria específica para Santa Catarina, entendendo que o estado tem referências diferentes de outros territórios e a utilização da tarrafa já faz parte de sua cultura. "Temos aspectos que tornam Santa Catarina diferente de outros estados. Precisamos de uma normatização específica para nós. Não podemos é cometer injustiças com aqueles que usam o equipamento como forma de sobrevivência", observou. Andrino e Ideli Salvati reforçaram o coro de apoio para que o texto fosse modificado, dando condições de utilização da tarrafa pelos pescadores amadores, sem prejuízos aos profissionais, e associaram-se à sugestão de Morastoni. "Precisamos de uma lei nacional que determine normas específicas para cada região. A realidade do Nordeste, por exemplo, não é a mesma do Oeste

e sequer parece com a de Santa Catarina", opinou a senadora.

O debate tornou-se acirrado com a manifestação do presidente do Sindicato dos Pescadores, Osvani Gonçalves, defendendo a utilização da tarrafa pelos amadores, exigindo do Ibama um documento que comprove que o seu uso provoca danos ambientais. O presidente da Federação das Colônias de Pescadores de Santa Catarina, Ivo da Silva, por sua vez, reclamou que a pesca amadora atrapalha os profissionais, tanto no momento da pesca quanto na comercialização. "A imprensa fez um alarde sobre a portaria de que a proibição era para os artesanais, sendo que o uso é vedado aos amadores. Com isso, prejudicou nossa categoria. Tem muito amador que pesca em áreas dos profissionais, tirando o peixe que serve como forma de sustento de suas famílias. Somos favoráveis a manutenção da portaria", ressaltou Silva.

Ao final, houve consenso na elaboração de um novo parágrafo para ser incluído na portaria. Nele, é definido que o uso da tarrafa na pesca amadora para fins de subsistência poderá ser feito em mar aberto e desembarcado, com malha mínima de 50 mm, esticada entre ângulos e partes, sendo vedado seu uso em canais, lagoas e estuários, respeitando-se os períodos de defeso estabelecidos pela autoridade competente, bem como a safra da tainha. "Foi muito importante a realização deste debate. Foi



Contrário: Obadias Gonçalves, presidente da Colônia de Pesca Z-14, de Laguna

um evento com a participação efetiva das pessoas envolvidas. Foi uma verdadeira lição de democracia. Esse texto, aprovado por todos, será encaminhado ao presiden-

te do Ibama, que deverá incluir a emenda na portaria, sem prejuízo aos amadores, aos pescadores artesanais ou profissionais", explicou Merico. (CA)

Fim da fila de espera para cardíacos é compromisso

Acabar com a fila de espera de 120 pacientes e continuar atendendo as urgências/emergências nos procedimentos cardíacos nos hospitais São José e São João Batista, ambos de Criciúma. Esta decisão foi tomada no início de julho, na Secretaria de Estado da Saúde, entre a secretária adjunta, Carmen Zanotto, o presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, deputado Clésio Salvaro (PSDB), o secretário Regional de Desenvolvimento de Criciúma, Acélio Casagrande, o secretário municipal de Saúde, Orasil Pina, e os administradores das instituições envolvidas.

A reunião foi convocada por Carmen Zanotto na audiência pública realizada em Criciúma, no dia 7, para definir também a questão do pagamento dos procedimentos efetuados no período de janeiro a junho/2003, num total de cerca de R\$ 613 mil. Segundo a secretária, uma câmara técnica está estudando o problema e tem o prazo de 10 dias, a partir do recebimento da documentação completa dos dados através dos hospitais, para apresentar o montante devido e o cronograma de pagamento desses débitos. "Consensualmente, decidimos limpar a pauta dessa fila de espera e também atendermos aos procedimentos cardíacos de urgência e emergência. Depois vamos tratar dos valores e a forma de pagamento. O que não podemos deixar acontecer é aumentar ainda mais essa fila pois tratamos com vidas", observa Carmen.

Salvaro mostrou-se satisfeito com o resultado das audiências e também da deliberação da reunião. "A Comissão de Saúde da Assembléia fez a sua parte e nosso objetivo é acabar com essa fila de espera. Muita gente morreu sem receber o atendimento. Isso não pode acontecer mais", disse.

O diretor administrativo do Hospital São José, Altair Biten-court, disse que a polêmica criada com a questão dos procedi-

mentos cardíacos no Sul do estado só pode ser resolvida graças à intervenção do Legislativo. "Devemos muito para a Comissão de Saúde, que está fazendo a sua parte. Acontecia um jogo de empurra-empurra entre a Secretaria Municipal e a de Estado. Com a intermediação da Assembléia estamos conquistando nossos pleitos e dos pacientes que tanto precisam deste tipo de atendimento", destacou. (CA)



Debate iniciou em Criciúma no dia 7

Audiência gerou negociação

O problema da fila de espera levou a Comissão de Saúde da Assembléia a realizar audiência pública no dia 7 em Criciúma, quando a secretária-adjunta, Carmem Zanotto, ouviu um relato detalhado da situação. Além do presidente da Comissão, estiveram discutindo a questão na ocasião os deputados Nilson Nelson Machado - Duduco (PP), Ronaldo Benedet (PMDB), Valmir Comin (PP), José Paulo Serafim (PT) e Altair Guidi (PP).

No mesmo dia, a secretária também ouviu, desta vez em audiência realizada à noite em Tubarão, a situação detalhada dos hospitais da Associação dos Municípios da Região de Laguna (Amurel), através dos relatos dos diretores das instituições. Esta audiência foi requerida pelo deputado Genésio Goulart (PMDB).

Agenda

Dia 4, 8h30min - Lançamento do Comitê Estadual da Aposentadoria da Dona de Casa

Local: Plenário

Dia 4, 14 h - Fórum Permanente da BR-282

Local: Plenário

Dia 5, 9h - Audiência pública da Comissão de Saúde para discutir a obesidade infantil

Local: Plenarinho

Dia 6, 19 h - Audiência pública: "As questões relacionadas à segurança pública em Santa Catarina"

Local: Câmara de Vereadores de Araranguá

Dia 6, 19 h - Lançamentos da 22ª Schlachtfest e Musikfest 2003

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 7, 10 h - Audiência pública: "As questões relacionadas à segurança pública em Santa Catarina"

Local: Auditório da Amrec - Criciúma

Dia 7, 14 h - Debate: "A economia catarinense e as exportações"

Local: Plenário

Dia 7, 19 h - Sessão solene em comemoração ao centenário de nascimento do maestro Aldo Krieger

Local: Plenário

Dia 7, 19 h - Audiência pública: "As questões relacionadas à segurança pública em Santa Catarina"

Local: Auditório da Amurel - Tubarão

Dia 7, 20 h - Projeto SC Canta e Encanta

Local: Hall da Assembléia Legislativa

Desenvolvimento e melhor qualidade de vida guiam reivindicações

Agroindústria é saída para o desemprego

“Depois do fim da era extrativista aqui, com a morte das madeireiras, a agricultura está se transformando numa das mais importantes atividades econômicas”. Norma Maria do Valle, vice-presidente da Associação Comercial e Industrial de Mafra e integrante do Conselho de Desenvolvimento da região.

Serviços básicos de saúde

“A situação é precária pois não temos nada de serviço público instalado nos municípios, nem mesmo um raio X. Estes problemas poderiam ser atendidos com a instalação de um hospital regional público”. Lúcio Mallmann, gerente de Saúde, secretaria regional de São Miguel do Oeste

Municipalização efetiva do SUS

“É preciso que o governo do Estado complete a municipalização dos recursos e incumbências, obedecendo a hierarquia estabelecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, o Executivo passaria o total de recursos per capita para cada município, possibilitando que cidades de uma mesma região formem consórcios para atendimento da média e até da alta complexidade. E dinheiro para a Saúde tem, é o suficiente, basta ser descentralizado e utilizado de maneira adequada”. Adelar José Tolfo, gerente de Saúde, secretária regional de Ibirama. Sua indicação ficou entre as mais votadas.



Participantes da audiência de São Miguel do Oeste ouvem relatos dos problemas

UTI para Ituporanga

“Temos um hospital pronto, em condições de atender a região se for equipado. A instalação de uma Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) vai salvar vidas, vai evitar que tenhamos que mandar um paciente numa ambulância para Florianópolis”. Léo Müller, médico que atua em Ibirama, sede da 13ª Regional.

Segurança Pública

“Há deficiência de mais de 300 homens por exemplo, só na região de Trombudo...É melhor construir cadeias e deixar que as Comarcas cuidem de seus presos. Do jeito que está, 50% da população carcerária vai morrer asfixiada”. Sérgio Murilo de Melo, comandante do Corpo de Bombeiros da regional de Rio do Sul, defendendo o aumento dos efetivos, recursos e instalações físicas.



Mais de 200 pessoas, com significativa presença de jovens participaram do processo em Ituporanga



Em São Lourenço do Oeste, grupo de trabalho faz triagem de propostas para levar à plenária



Construção de muro em presídio entre as prioridades de Mafra

Artigo 170

“Hoje, a maior dificuldade de cursar o ensino superior é a falta de condições financeiras dos alunos, que acabam desistindo. O artigo 170 beneficia um público muito restrito”. Professora Maria Leticia Baldin, que atua na regional de Chapecó.

PPA Nacional

“Embora já tenha havido a audiência pública para indicações ao PPA Nacional no estado, nada impede que levemos o pleito de descentralização da UFSC através da bancada federal”. Deputado Paulo Eccel (PT), respondendo a uma das principais reivindicações (acesso regionalizado ao ensino superior gratuito), na regional abrangida por Brusque.

Pavimentação asfáltica

“Os acessos asfálticos são um meio de comunicação dos municípios. As prefeituras estão se adiando e executando algumas obras, mas os recursos são poucos”. Celso Maldaner, secretário regional de Maravilha..

(foto Solon Soares)

(foto Solon Soares)

(foto Carlos Kiltan)

(foto Carlos Kiltan)